



Número: **1081409-63.2021.4.01.3400**

Classe: **AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL**

Órgão julgador: **16ª Vara Federal Cível da SJDF**

Última distribuição : **17/11/2021**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Afastamento**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO DE ASSIS: EDUCACAO, CIDADANIA, INCLUSAO E DIREITOS HUMANOS (AUTOR)		OLIVIA RAPOSO DA SILVA TELLES (ADVOGADO) FLAVIO AUGUSTO SARAIVA STRAUS (ADVOGADO)	
UNIAO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS (AUTOR)		OLIVIA RAPOSO DA SILVA TELLES (ADVOGADO) FLAVIO AUGUSTO SARAIVA STRAUS (ADVOGADO)	
INSTITUTO CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCACAO (AUTOR)		OLIVIA RAPOSO DA SILVA TELLES (ADVOGADO) FLAVIO AUGUSTO SARAIVA STRAUS (ADVOGADO)	
UNIÃO FEDERAL (REU)			
Ministério Público Federal (Procuradoria) (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
81989 1071	17/11/2021 20:54	ACP - INEP - PETIÇÃO INICIAL - 17.11.21	Inicial

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA ____ª
VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL

Com pedido de Tutela de Urgência: item 10

EDUCAFRO - EDUCAÇÃO E CIDADANIA DE AFRODESCENDENTES E CARENTES, controlada pela Associação Francisco de Assis: Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos, inscrita no CNPJ/MF sob n. 10.621.636/0001-04, com sede e foro na Rua Riachuelo, 342, Centro, CEP 01007-000, São Paulo - SP, neste ato devidamente representada por seu Diretor-Presidente e por seus advogados;

UBES – UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS, inscrita no CNPJ/MF sob n. 04.017.043/0001-30, com sede na Praia do Flamengo, 132, CEP 22.210-030, Rio de Janeiro - RJ, neste ato devidamente representada por sua Presidente e por seus advogados; e

INSTITUTO CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ/MF sob n. 14.592.156/0001-13, com sede na Alameda Santos, 32, conjunto 12, CEP 01418-000, Paraíso, São Paulo - SP, neste ato devidamente representado por sua Diretora-Geral e por seus advogados,



vêm, respeitosa e tempestivamente, à presença de V. Exa., propor a presente

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA

em face da **UNIÃO FEDERAL**, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada pela Advocacia-Geral da União, com endereço na SAS - Quadra 03 - Lote 5/6 - Edifício Multi Brasil Corporate, 7º e 8º Andar - Setor de Autarquia Sul, Brasília-DF, CEP 70070-030, E-mail: gabinete.ministro@agu.gov.br; e do

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 01.678.363/0001-43, com endereço no Setor de Rádio e TV Sul, 701, quadra 3, bloco M, CEP 70340-909, Brasília-DF, neste ato representado por seu Procurador-Chefe, o que fazem pelos fundamentos de fato e de direito a seguir aduzidos:

1 - Síntese da demanda

As Associações Autoras requerem por meio da presente Ação Civil Pública a prestação de tutela jurisdicional para prevenção de iminente dano coletivo grave e irreparável, de natureza material, moral e social, infligido pelas pessoas jurídicas de direito público demandadas contra todos os estudantes do Brasil e todos os brasileiros em condições de prestar as provas do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio – de 2021, dano esse

2



resultante de violação do direito difuso à educação, em consequência das condutas abusivas, ineptas, temerárias, ímprobas, ilícitas, negligentes e imprudentes dos seus dirigentes, a saber, o presidente da República, o ministro da Educação e o presidente do INEP, evidenciadas pela grave crise que se abateu sobre o INEP em novembro de 2021, às vésperas das datas previstas para realização do mesmo ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio – de 2021.

O principal objetivo da presente ação - aqui apresentado de forma geral e sintética - é o de demandar do Estado-Juiz que conceda tutela de urgência assecuratória do direito difuso à educação, concretizado na regular realização do ENEM de 2021, além do Censo da Educação Básica e do Censo da Educação Superior.

2 - Da Gratuidade de Justiça

As Associações Autoras invocam o direito à gratuidade de Justiça previsto no art. 18 da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985): “Nas ações de que trata esta lei, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais”.

3 - Do cabimento de Ação Civil Pública

A presente ação é proposta com fulcro nos arts. 6º, 37, § 3º e 6º, e 205 da Constituição Federal, e nos arts. 1º, IV, e 4º da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347, de 24.07.1985).



Rezam os arts. 6º, 37, §s 3º e 6º, e 205 da Constituição, respectivamente, que:

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”

“Art. 37, § 3º - A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.”

“Art. 37, § 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”.

“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”



Nos termos do art. 1º da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985), “Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: (...) IV - a qualquer outro interesse difuso ou coletivo”.

De acordo com o art. 4º, “Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta Lei, objetivando, inclusive, evitar dano ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico”.

4 - Da legitimidade ativa das Associações Autoras

De acordo com o art. 5º Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347, de 24.07.1985), têm legitimidade para propor Ação Civil Pública associação que, concomitantemente, esteja constituída há mais de um ano nos termos da lei civil, e que inclua, entre as suas finalidades institucionais, a defesa dos interesses protegidos pela referida lei.

A EDUCAFRO – EDUCAÇÃO E CIDADANIA DE AFRODESCENDENTES E CARENTES foi constituída em 14.05.2014, como entidade não governamental administrada pela mantenedora FAECIDH FRANCISCO DE ASSIS: Educação, cidadania, Inclusão e Direitos humanos, associação civil sem fins lucrativos, razão pela qual atende ao primeiro requisito. Tem por finalidade, entre outras, “melhorar vidas por meio da educação, da igualdade social, étnica, e pela valorização dos direitos humanos” (Estatuto, art. 2º). Para atingir suas finalidades, o Estatuto prevê a prática de diversas ações, entre elas a “inclusão educacional por meio de seu trabalho e de propostas de políticas públicas a serem implementadas pelos governos e



pela iniciativa privada, visando à concretização de ações afirmativas (art. 3º, I)”. O art. 17 do Estatuto prescreve que compete ao Diretor Presidente representar a associação ativa e passivamente, perante os órgãos públicos, judiciais e extrajudiciais, inclusive em juízo ou fora dele, razão pela qual o segundo requisito também resta preenchido.

A UBES - UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS foi constituída em 15.11.2015, como associação civil sem fins lucrativos, razão pela qual atende ao primeiro requisito. Tem por finalidades, entre outras, “congregar e representar os estudantes secundaristas (ensino fundamental, médio, regulares ou supletivos, técnico profissionalizantes e pré-vestibular) de todo o País, promovendo sua união em torno da solução de seus problemas” (Estatuto, art. 2º, a)); “defender os interesses difusos e coletivos dos estudantes do ensino fundamental, médio, técnico-profissionalizante e pré-vestibular no Brasil” (Estatuto, art. 2º, I-)). O art. 26 do Estatuto prescreve que compete à Direção Nacional da UBES “propor toda e qualquer ação civil pública, mandado de segurança, bem como qualquer outra medida processual de caráter coletivo que porventura venha a ser estabelecida no ordenamento jurídico nacional”, razão pela qual o segundo requisito também está preenchido.

O INSTITUTO CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO foi constituído em 17.06.2019 como associação civil de direito privado sem fins lucrativos ou econômicos, razão pela qual atende ao primeiro requisito. Tem por finalidade, entre outras, “contribuir para a promoção e defesa do direito à educação pública, gratuita e de qualidade para todas as pessoas, por meio de iniciativas e campanhas diversas” (Estatuto, art. 3º). Tem por objetivo “contribuir para a consagração do direito à educação, garantindo



sua universalização com qualidade, sem qualquer tipo de discriminação” (Estatuto, art. 4º). O art. 18 do Estatuto prescreve que compete à Diretoria-Geral “representar a associação ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele”, razão pela qual o segundo requisito também está preenchido.

5 - Da tempestividade

No silêncio da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985) quanto ao prazo prescricional para propositura da ação, pacificou-se a jurisprudência no sentido de que se aplica a prescrição quinquenal (Resp 1.473.846/SP, Rel. Min. RICARDO VILLAS BOAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/02/2017).

Como os fatos ocorreram e continuam a ocorrer ao longo do ano de 2021, a presente ação é tempestiva.

6 - Dos fatos

6.1 - Abusos e desmandos sem precedentes na história da gestão pública da educação no Brasil

Nas primeiras semanas de novembro de 2021, o povo brasileiro assistiu estarecido a eclosão da maior crise de que se tem notícia na história da gestão pública da área da educação, eis que atingiu em cheio o âmago da instituição chave do setor, o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

O INEP, como se vai detalhar adiante, é a autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação responsável, entre muitas outras atribuições,



por elaborar, organizar e aplicar o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio –, que este ano contou com mais de 3,4 milhões de inscritos.

Às vésperas das datas previstas para aplicação do Exame (21 e 28 de novembro), 37 servidores concursados do INEP viram-se forçados pelas circunstâncias a pedir exoneração dos cargos em comissão e das funções comissionadas dos quais eram titulares.

O que eles tentaram evitar ao tomar essa gravíssima decisão – soube-se pelo jornal *O Estado de S. Paulo* – foi a responsabilização pelos erros causados pelo presidente da instituição, Danilo Dupas, considerado por eles “inábil e sem conhecimento técnico”.

Nos dias que se seguiram, a conduta abusiva, ímproba e ilícita atribuída pelos servidores à gestão Dupas à frente do Inep, em conjunto e em concerto com a ideologia e o *modus operandi* do ministro da Educação e do presidente da República, foi sendo descortinada pela mídia aos olhos da opinião pública:

- “Falta de comando técnico”;
- “Clima de insegurança e medo”;
- “Intervenção política”;
- “Tentativas de aparelhamento”;
- “Perseguição”;
- “Assédio moral”;
- “Uso político-ideológico”;
- “Negligência”;



- “Desmonte”;
- “Desconsideração de aspectos técnicos para tomada de decisões”;
- “Convulsão”
- “Ingerência”;
- “Fragilidade técnica e administrativa”;
- “Corrosão”;
- “Paralisia”;
- “Desestruturação” e, o que é mais grave,
- “Tentativa de manipulação indevida do conteúdo das questões”.

Como relata a revista Piauí,

“Danilo Dupas é o quarto presidente do Inep em menos de três anos. Assumiu o cargo em fevereiro, indicado pelo ministro Milton Ribeiro, que pediu que Dupas fizesse uma gestão “em consonância com a visão educacional do senhor presidente da República”. Hoje o instituto enfrenta a maior crise desde o começo do governo Bolsonaro. Além de nomear figuras exóticas para o Conselho Consultivo do Inep – entre elas um deputado estadual de São Paulo que nunca trabalhou com educação e defende a militarização de escolas –,



Dupas tentou intervir na elaboração da prova do Enem de uma forma nunca antes vista”.

Em 14/11/2021, o programa televisivo Fantástico, da rede Globo, exibiu reportagem chocante e aterradora na qual servidores do INEP detalharam tentativas de interferência no conteúdo das provas do ENEM e situações de intimidação:

Servidor 1

“Grande erro é achar que você pode simplesmente pegar uma prova e sair riscando itens que você não gosta do conteúdo deles”, diz um servidor, que afirma que existe uma “pressão insuportável”.

Servidor 2

“O corpo técnico e pedagógico se vê obrigado a refazer a prova duas vezes”; “isso é um assédio moral”.

Servidor 3

“A pressão está insuportável!”

Segundo a reportagem, o processo de criação da prova acontece em um espaço chamado “ambiente seguro”:

Servidor 1

“É como se fosse um andar do INEP, ele tem 3 níveis de segurança. Você tem que passar por um daqueles scanners de corpo. Qualquer objeto de metal que



estiver com você vai ser detectado, você não pode entrar com ele, as portas são altamente seguras. A montagem da prova, você vai fazer em um nível maior de segurança, todo cercado de câmeras, então você não tem nenhum ponto cego dentro desse ambiente”.

Conforme a matéria do Fantástico, “os servidores reclamam que, no dia 2 de setembro – no período em que a prova do ENEM estava em fase final de elaboração – um policial federal passou por todo esse esquema e entrou no ambiente seguro”:

Servidor 1

“O INEP precisa explicar como essa pessoa foi parar lá dentro, quem autorizou a entrada, o que ele fez, que nível de controle a gente tem das informações que ele acessou lá!”

Servidor 3

“Tá fugindo a essas regras e a gente não consegue imaginar outro esforço ou motivação que não seja intimidar servidores”.

Nas palavras do Fantástico, “Intimidação. É o que sentiram também quando viram esta lista apresentada pelos servidores. São 22 novos nomes que deveriam ter acesso ao conteúdo do ENEM”:

Servidor 3

“Eram pessoas que, na nossa avaliação tinham a confiança do presidente do INEP e a confiança do



ministro para poder observar se essas questões do ENEM estavam atendendo aos seus interesses”.

A reportagem informou a seguir que “segundo os servidores, depois de muita reclamação, o presidente do INEP Danilo Dupas voltou atrás e retirou os nomes da lista”:

“A partir do momento que não foram incluídos aqueles agentes externos alguns dos nossos colegas foram excluídos. Uma equipe que já é restrita focou ainda menor. E a justificativa, até o momento, não há nada escrito”.

E a reportagem prosseguiu: “Agora, os servidores relatam interferências graves nos conteúdos das provas”:

Servidor 3

“Censura

O diretor designado para fazer esse trabalho de leitura dos itens é o diretor de avaliação da educação básica”.

Segundo a reportagem, quem ocupa esse cargo é Anderson Oliveira.

“Esse dirigente designado pelo presidente do INEP, Danilo Dupas, foi até o ambiente seguro, fez a leitura das questões que essa equipe técnica havia montado, essa primeira prova do ENEM, e solicitou a exclusão de



mais de duas dezenas de questões dessa primeira versão da prova".

A reportagem perguntou a seguir: "Que tipo de questões são essas?"

"Que envolvem conhecimentos do contexto sócio-político, sócio-econômico, são questões que tratavam principalmente da história recente do país, recente aí dos últimos 50 anos. Sob o ponto de vista da equipe técnica, não havia qualquer reparo pedagógico a ser feito na primeira versão da prova".

Cont. Servidor 3

"Só que essa segunda versão da prova do ENEM, ela não tinha capacidade de medir, sem utilizar aqueles itens que foram objeto de exclusão, a prova baixava a nota máxima possível. Isso ia prejudicar muito um conjunto substantivo de estudantes que disputam vagas de medicina, vagas de direito, administração, em várias universidades que tem isso muito disputado. Enfraqueceria fortemente a capacidade da prova do ENEM".

A reportagem relatou a seguir que

"De acordo com servidores do INEP que trabalham diretamente com Anderson Oliveira, no momento em que ele solicitou aos colegas servidores eliminar



questões da prova, agia sob pressão do presidente do instituto Danilo Dupas. Depois da resistência dos técnicos em mexer na prova, o diretor Anderson tentou reverter a situação. Colegas relataram que ele chegou a discutir com o presidente Dupas. Era portanto quem transitava entre os dois lados, o ideológico e o técnico dentro do INEP. Foi a partir desta situação tensa que os servidores se viram obrigados a elaborar uma segunda versão da prova do ENEM”.

A reportagem indagou a seguir “Por que então toda esta interferência?”

Servidor 3

“Só o que me vem à mente é as entrevistas do ministro da Educação dizendo que queria ter acesso à prova do ENEM”.

O Fantástico lembrou que em junho de 2021 “o ministro da Educação Milton Ribeiro disse que abriu mão de ver previamente as provas do ENEM para evitar que isso fosse interpretado como censura”:

Servidor 1

“O INEP sempre foi dirigido por pessoas que tinham alguma trajetória acadêmica, e esse presidente que está lá agora é uma pessoa sem currículo, sem experiência, ele está lá porque o ministro da Educação decidiu que seria a pessoa que estaria disposto a fazer o que eles queriam: entrar naquela prova e retirar



aquilo que eles acham que o presidente poderia não gostar”.

Em razão da crise no INEP e logo após o pedido coletivo de exoneração, o presidente do INEP, Danilo Dupas, foi convocado a comparecer perante a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para dar explicações. Porém as respostas dadas por Dupas foram claramente ineptas e insuficientes: “isso é uma questão interna, que eu gostaria de estar tratando internamente, para buscar aí uma solução de uma forma efetiva, sem causar um impacto negativo para a sociedade.”

Sobre a denúncia de pressão ideológica no processo de formulação da prova do ENEM, o presidente da República, Jair Bolsonaro, deu as seguintes declarações à imprensa, em 15/11/2021, em Dubai, declarações essas que completam o quadro fático de tentativa de intervenção no conteúdo do ENEM:

“O que eu considero muito também: começam agora a ter a cara do governo as questões da prova do ENEM”.
“Ninguém precisa ficar preocupado. Aquelas questões absurdas do passado, que caíam tema de redação que não tinha nada a ver com nada. Realmente, algo voltado para o aprendizado”.

Concomitantemente com a confessada tentativa de intervenção na elaboração da prova, outro exemplo contundente de conduta abusiva, ímproba e ilícita, em seu viés omissivo, relatado pelos servidores aos meios de comunicação, é o fato de que a aplicação das provas do ENEM em 2021 está sendo realizada *sem a formação e atuação adequada das Equipes de*



Tratamento a Incidentes e Respostas (ETIR), por omissão do suprimento efetivo do cargo de Diretor de Tecnologia, vago há meses, por decisão arbitrária e unilateral de pessoas em cargos de chefia, ligadas à presidência do instituto, segundo informa o G1.

As Equipes de Tratamento a Incidentes e Respostas, que em outras edições do Enem participaram do planejamento do Exame, são responsáveis pela importante função de articular estratégias caso surjam imprevistos e problemas emergenciais durante a avaliação (e a experiência demonstra que tais imprevistos e problemas sempre surgem) em unidades de realização do exame nos mais distintos rincões do país, tais como falta de energia ou uma enchente em escola no interior do país, ou até mesmo o temido e traumático vazamento de conteúdo das provas.

De fato, no Ofício nº 0805092/2021/DTDIE-INEP, datado de 12/11/2021 e anexado à presente, está dito que “dada a limitação imposta de recursos humanos, faremos o possível para atender as demandas oriundas da ETIR do ENEM”, o que significa que de modo algum a ETIR do ENEM está assegurada.

A revista Piauí revelou os abusos e desmandos que estão na origem da total desorganização das ETIRs:

“No final de outubro, a presidência do Inep elaborou uma minuta de portaria que falava sobre a equipe de plantão do Enem e do Enade. O texto explicava como seriam organizados os grupos de servidores que, no dia da aplicação das provas, ficariam de plantão para o caso de imprevistos ou de emergências. No vocabulário do Inep, esses grupos são conhecidos como ETIR –



Equipes de Incidentes e Respostas. Todo ano ocorrem incidentes e emergências, de modo que isso se tornou procedimento padrão. A portaria, no entanto, tinha uma particularidade que chamou a atenção dos servidores: não havia uma palavra sobre a participação da autoridade máxima do Inep, o presidente Danilo Dupas, no plantão.

Historicamente, e por motivos óbvios, o presidente sempre participa do plantão das provas. Muitas vezes até os ministros da Educação participaram. Trata-se de uma operação complexa: ao menos sessenta servidores são escalados para trabalhar na sede do Inep, em Brasília, onde monitoram a cada segundo o que acontece nos estados e o que está sendo dito nas redes sociais. Para cada capital do Brasil é enviado um servidor do Inep, que acompanha a aplicação do Enem junto da polícia local, da equipe dos Correios e dos representantes do consórcio de empresas que aplicam a prova. Somando tudo, segundo os cálculos de Maria Inês Fini, que presidiu o Inep entre 2016 e 2018, essa operação mobiliza cerca de 600 mil pessoas em todo o país, entre servidores, seguranças, aplicadores de prova etc. É também no plantão do Enem que são tomadas decisões sobre imprevistos surgidos no dia da aplicação de provas. Alguém com voz de comando precisa estar na chefia do plantão.



A omissão de Dufas foi lida pelos servidores como uma estratégia: na avaliação deles, o presidente tomou essa atitude porque não queria ser responsabilizado caso houvesse problemas com o Enem. Dada a situação de desmanche do Inep, o risco de isso acontecer talvez nunca tenha sido tão alto quanto hoje. Na falta de um presidente, a responsabilidade por um fiasco na prova cairia direto no colo dos coordenadores que cuidam do plantão – e, com ela, as consequências. Eles poderiam sofrer processos administrativos, por exemplo”.

Como se não bastasse, da leitura do referido Ofício depreende-se o outro fato, também gravíssimo: o cargo de Diretor de Tecnologia e Informações Educacionais, que é talvez o cargo de maior relevância para a organização e aplicação do Exame, encontra-se vago, e está sendo ocupado por um substituto há meses.

Sobre os abusos e desmandos que ocasionaram tal fato, a revista Piauí relata o seguinte:

“De lá para cá, os atritos entre Dufas e o corpo técnico do Inep só cresceram, por várias razões. Uma delas é a rotatividade dos cargos e a gestão caótica. Em abril, Dufas demitiu o então diretor de Tecnologia, Camilo Mussi, que estava no cargo desde 2016. Para o seu lugar, foi nomeado um servidor do Ministério da Economia que só durou seis meses no cargo. Pediu demissão em setembro, alegando razões pessoais.



Segundo seus subordinados, os motivos foram outros: há tempos a diretoria pedia que fossem contratados novos profissionais para dar conta de uma carga de trabalho crescente, mas os pedidos nunca foram atendidos. Sabendo dos riscos de tocar uma operação dessa magnitude com uma equipe tão pequena, o diretor preferiu pular fora do barco antes que ele afundasse.

Um de seus subordinados assumiu a diretoria de Tecnologia, mas depois de um mês, em outubro, pediu para sair. Até hoje não foi nomeado um novo diretor para a área, que é de suma importância: é ela que viabiliza o Enem Digital, versão online da prova que é aplicada para 100 mil estudantes no mesmo dia do Enem. O cargo hoje é ocupado interinamente por Roberto Mendes, servidor que agora acumula as funções de diretor e coordenador de área.”

No mesmo dia de hoje, inclusive, matéria do Jornal O Estado de S. Paulo detalha a intervenção no conteúdo da prova dos próximos 21 e 28 de novembro, merecendo transcrição quase em sua íntegra, tal a riqueza de detalhes (inclusive um até aqui desconhecido, a violação da proibição absoluta de impressão das questões da prova antes de sua realização) e o caráter estarrecedor das revelações:



“Gestão Bolsonaro já cortou questões do próximo Enem

NOVEMBER 17, 2021

O governo de Jair Bolsonaro vem usando diversas estratégias, como a impressão de provas e a análise de pessoas externas ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), para tentar controlar o conteúdo do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Servidores que pediram exoneração do órgão falam em pressão para trocar itens e o **Estadão** apurou que já houve supressão de “questões sensíveis” na prova que será aplicada nos dias 21 e 28.

Na segunda-feira, em meio à crise dos 37 pedidos de exoneração de servidores do Inep, que criticaram essa pressão e a “fragilidade técnica” da cúpula da autarquia responsável pelas provas, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que o Enem começa agora a “ter a cara” do governo. Acrescentou que “ninguém precisa estar preocupado com aquelas questões absurdas do passado”. O vice-presidente Hamilton Mourão negou na terça-feira interferência, com a alegação de que esse era o jeito de o presidente falar. O ministro da Educação, Milton Ribeiro, primeiramente, afirmou que teria acesso prévio às perguntas. Depois, recuou. Na terça-feira, disse que “não houve interferência”.

Na realidade, o Inep passou a imprimir a prova previamente, em um procedimento não adotado em anos anteriores, para permitir que mais pessoas tenham acesso ao exame antes da aplicação. Quem examinou uma primeira versão foi o diretor de Avaliação da Educação Básica do Inep, Anderson Oliveira – que está no cargo desde maio. Segundo relatos à reportagem, 24 questões foram retiradas após uma “leitura crítica”. Algumas foram consideradas “sensíveis”.

As comissões de montagem da prova sugeriram outras perguntas para substituí-las, mas o Enem acabou descalibrado – o exame tem uma quantidade de questões consideradas fáceis, médias e difíceis. Assim, 13 das questões suprimidas foram reinseridas. Oliveira não quis dar entrevista. Em 2020, segundo apurou o **Estadão**, um dos que entrou na sala segura para ver as questões foi o general da reserva Carlos Roberto Pinto de Souza, ex-comandante do Centro de Comunicação do Exército. Ele morreu de covid e foi substituído pelo tenente-coronel-aviador Alexandre Gomes da Silva.



As questões são feitas por professores contratados. Segundo servidores, porém, o atual presidente do órgão, Danilo Dupas, deixou claro que a prova não poderia ter perguntas consideradas inadequadas pelo governo. Essa pressão era entendida por servidores como um assédio moral e fez parte das denúncias. Eles afirmaram ainda que o clima de pressão atual já levou a uma autocensura dos grupos que escolhem as questões.

A intenção do governo de mexer no Enem paira no Inep desde a eleição de Bolsonaro, em 2018, quando ele criticou uma questão que mencionava um dialeto de gays e travestis. A então presidente do Inep era Maria Inês Fini, que criou o exame no governo Fernando Henrique e voltara ao órgão na gestão Temer. Ela conta que sempre leu o Enem antes porque esse era o seu papel, mas no computador e em “um trabalho técnico e não fiscalizador”. “Essa coisa de considerar questões sensíveis nunca existiu”, diz. “Hoje, quem está lendo não entende nada de avaliação.” A reportagem consultou outros ex-presidentes e todos afirmaram nunca analisar a prova previamente. Procurado sobre o assunto na terça-feira, o Inep não se manifestou.

No primeiro ano do governo Bolsonaro, uma comissão foi criada para avaliar a pertinência do Banco Nacional de Itens do Enem com a “realidade social” do Brasil. O ministro da Educação à época, Abraham Weintraub, afirmou que as questões não viriam carregadas “com tintas ideológicas”. Essa comissão chegou a desaconselhar, em 2019, o uso de 66 questões por promover “polêmica desnecessária” e “leitura direcionada da história” ou ferir “sentimento religioso”.

Neste ano, houve nova tentativa de criar comissão para avaliar as questões. O Inep preparava uma portaria para formar um grupo permanente que deveria barrar “questões subjetivas”. A ideia era que se abstinisse de “itens com vieses político-partidários e ideológicos”. O caso foi levado ao Ministério Público Federal, que recomendou, em setembro, que o Inep desistisse dessa comissão. Em resposta, o órgão afirmou que a recomendação foi atendida.”



Além disso, a segunda parte da matéria revelou outro problema grave que está atingindo ainda hoje a edição do ENEM que se iniciará no próximo domingo:

“Convocação dos supervisores de provas atrasou

A quatro dias do Enem, os servidores do Inep que farão o monitoramento da prova nos Estados ainda não foram convocados para o trabalho nem tiveram passagens compradas. Eles fazem parte de um grupo de logística que acompanha a liberação dos malotes para os locais das de prova em todas as capitais. No dia do exame, ficam em um centro de controle e recebem alertas sobre a aplicação a todo o instante.

(...)

Segundo apurou o **Estado**, a definição da equipe que vai aos Estados ocorreu só na sexta à tarde. Houve demora, de acordo com funcionários, porque o presidente do órgão, Danilo Dupas, quis mudar a composição das equipes de monitoramento. A intenção dele teria sido a de não participar do grupo responsável por toda a logística e segurança no dia da prova. Ele acabou desistindo, mas as discussões sobre a possibilidade jurídica dessa mudança acabaram impedindo que se definissem as equipes regionais. Com a demora, o custo das passagens vai aumentar. ‘Essa morosidade onera a administração pública’, disse uma servidora.”



Ou seja, não apenas a formação das ETIR's, as equipes de tratamento de emergências está extremamente atrasada, quando não comprometida, como a própria definição e compra de passagens para os coordenadores estaduais do processo está atrasada, esta última em razão da tentativa do atual ocupante da presidência do INEP de omitir-se de suas tradicionais responsabilidades no dia da realização do ENEM, a outra grande motivação para os desmandos acima relatados, ao lado da manifesta intenção de interferir no conteúdo das provas para agradar ideologicamente o ocupante da Presidência da República, diretamente ou através de seu Ministro da Educação.

A crise sem precedentes que atravessa o INEP, de responsabilidade direta dos dirigentes dos entes públicos demandados, a saber, o presidente da República, o ministro da Educação e o presidente do INEP, tende a afetar igualmente os processos que se desenvolvem após a aplicação do ENEM, como a correção das provas e a divulgação das notas.

6.2 – Do REVALIDA

Como se não bastasse, o ENEM, há ainda outro exame de extrema relevância que a conduta abusiva, ímproba e ilícita, além da inoperância e a inépcia da atual alta gestão do INEP, em conjunto e em concerto com o ministro da Educação e o presidente da República, está a ameaçar de danos irreversíveis na agenda do órgão: a segunda etapa da prova do REVALIDA, exame destinado à revalidação do diploma de médicos que se graduaram no exterior e pretendem trabalhar no Brasil, também de responsabilidade do INEP, corre igualmente o risco de não ser aplicada neste ano de 2021.



Segundo um ofício interno do INEP obtido pelo jornal *O Estado de S.Paulo*, faltam médicos capacitados para definir, em tempo hábil, as tarefas dos candidatos na prova prática e para estabelecer critérios de seleção do REVALIDA. O teste prático ainda não está pronto. O documento aponta que houve prazos *impostos pela Presidência do INEP*, apesar de alertas da equipe técnica sobre os riscos à qualidade do exame teórico e prático deste ano. Os prazos, afirma o ofício, “foram exíguos para que todas as etapas do processo de elaboração de provas fossem cumpridas, impactando negativamente na qualidade dos itens e correndo sérios riscos da não aplicação do exame”. Conforme o documento, a segunda etapa do exame está marcada para os dias 18 e 19 de dezembro deste ano, apesar de a data não constar nos editais.

Essa crise gravíssima, desencadeada pelos abusos, despreparo, inépcia e má fé dos referidos dirigentes das pessoas jurídicas de direito público demandadas, põe em risco a própria credibilidade do INEP, construída ao longo de uma história de mais de oito décadas, bem como sua capacidade de desempenhar corretamente a ampla gama de atribuições estratégicas na área da educação que estão sob sua responsabilidade, como se verá adiante.

As matérias listadas a seguir ilustram a enorme repercussão alcançada pela crise do INEP, que causou verdadeira consternação à sociedade brasileira, evidenciando a violação manifesta de direitos fundamentais assegurados pela Constituição de 1988:



Piauí – “O ENEM em voo cego”,
<<https://piaui.folha.uol.com.br/o-enem-em-voo-cego/>>. Matéria de Luigi Mazza, 10/11/201.

G1 – “Bolsonaro diz que questões do Enem ‘começam agora a ter a cara do governo’”,
<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/15/bolsonaro-diz-que-questoes-do-enem-comecam-agora-a-ter-a-cara-do-governo.ghtml>>. Matéria de Guilherme Mazul e Nilson Klava, 15/11/2021.

G1 – “Servidores do Inep denunciam ‘falta de comando técnico’ no planejamento do Enem e ‘clima de insegurança’”, <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/11/04/servidores-do-inep-denunciam-falta-de-comando-tecnico-no-planejamento-do-enem-e-clima-de-inseguranca.ghtml>>, 04/11/2021.

UOL – “A menos de duas semanas do Enem 2021, Inep passa pela sua maior crise”,
<<https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/11/10/in-ep-maior-crise-da-historia-demissoes.htm>>. Matéria de Ana Paula Bimbaty, 10/11/2021;

O ESTADO DE S.PAULO – “Crise do Inep ameaça afeta repasses e coloca em risco segurança do Enem”,
<<https://politica.estadao.com.br/blogs/coluna-do->



estadao/crise-do-inep-ameaca-afetar-repasses-e-coloca-em-risco-seguranca-do-enem/>, 11/11/2021.

O ESTADO DE S. PAULO – “Crise no Inep vai muito além do Enem e pode afetar até distribuição de merenda”,
<<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,no-inep-uma-cri-se-que-vai-muito-alem-do-enem,70003896328>>. Matéria de Renata Cafardo, 12/11/2021.

JORNAL DA USP – “Para especialistas, crise no Inep explicita descaso do governo federal com educação”,
<<https://jornal.usp.br/atualidades/para-especialistas-cri-se-no-inep-explicita-descaso-do-governo-federal-com-educacao/>>. Matéria de Denis Pacheco, 12/11/2021.

JORNAL DE BRASÍLIA – “Crise no Inep: falta de assessoria médica e prazo curto põem Revalida em risco”,
<<https://jornaldebrasil.com.br/noticias/brasil/cri-se-no-inep-falta-de-assessoria-medica-e-prazo-curto-poem-revalida-em-risco/>>, 13/11/2021.

O ESTADO DE S. PAULO – “Gestão Bolsonaro já cortou questões do próximo Enem”, <[Em intervenção inédita, gestão Bolsonaro faz seleção de questões do Enem - Educação -](#)



[Estadão \(estadao.com.br\)](http://estadão.estadao.com.br). Matéria de Renata Cafardo e
Júlia Marques, 17/11/2021.

6.2 - O INEP como instituição chave do setor da educação

Para que se possa bem compreender a gravidade dos fatos narrados na presente Ação Civil Pública, é preciso considerar que o INEP tem atrás de si uma longa história, tendo sido criado por lei em 1937, portanto há mais de oitenta anos, com o objetivo de realizar estudos para identificar os problemas do ensino nacional e propor políticas públicas.

Em 1997, a Lei nº 9.448 transformou o INEP em Autarquia Federal e estabeleceu as seguintes finalidades (art. 1º):

I - organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais;

II - planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional, visando o estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades de ensino no País;

III - apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional;

IV - desenvolver e implementar, na área educacional, sistemas de informação e documentação que abranjam estatísticas, avaliações educacionais, práticas pedagógicas e de gestão das políticas educacionais;



V - subsidiar a formulação de políticas na área de educação, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica e superior;

VI - coordenar o processo de avaliação dos cursos de graduação, em conformidade com a legislação vigente;

VII - definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a realização de exames de acesso ao ensino superior;

VIII - promover a disseminação de informações sobre avaliação da educação básica e superior;

IX - articular-se, em sua área de atuação, com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e financeira bilateral e multilateral.

Segundo declara o site do INEP na internet, a missão do órgão é a de “produzir conhecimento científico e informações oficiais para o aprimoramento das políticas públicas educacionais, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do País”; sua visão é “ser reconhecida nacional e internacionalmente como instituição estratégica do Estado brasileiro, inovadora e produtora de conhecimento especializado sobre a realidade educacional do País”; seus valores, segundo a mesma fonte, são “transparência, integridade, confiabilidade, valorização das pessoas, ética, excelência, inovação, gestão integrada e cooperação” (<<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/missao-visao-e-valores>>).



Atualmente, a atribuição mais conhecida do INEP é elaborar, organizar e aplicar o ENEM.

O ENEM foi instituído em 1988, com o objetivo de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica. Em 1999, as universidades passaram a poder usar os resultados do ENEM na seleção de alunos que ingressariam no ensino superior. Em 2009, a metodologia do exame foi aperfeiçoada e ele passou a ser utilizado como mecanismo de acesso à educação superior, especialmente em universidades federais. Hoje seus resultados são utilizados também, total ou parcialmente, para o acesso a prestigiadas universidades estaduais, como a Universidade de São Paulo, e a universidades particulares, por meio do PROUNI, programa de bolsas de estudo subsidiadas por isenção de tributos federais.

Isto significa que o ENEM constitui elemento essencial para a concretização do direito difuso à educação.

O que se verifica, ademais, é que o ENEM é um dos exames educacionais mais complexos do mundo, considerando que o Brasil é um país de dimensões continentais e com grandes desigualdades regionais. A prova precisa ser aplicada de maneira equânime e simultânea para todos. Cabe ao INEP garantir a segurança desse processo, não apenas nas etapas anteriores à prova, mas principalmente durante sua execução e correção.

Além do ENEM, o INEP é responsável por outros exames de grande importância, como o ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – que avalia o rendimento dos alunos de ensino superior e serve para dar nota aos cursos de graduação; o ENCCEJA – Exame Nacional para



Certificação de Competências de Jovens e Adultos – que serve para certificar competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio na idade adequada; e o REVALIDA – Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira.

Além dos exames, o INEP está no centro das principais políticas educacionais brasileiras. É ele o responsável pelo Censo Escolar, levantamento realizado anualmente e que fundamenta, por exemplo, a distribuição de recursos federais ao FUNDEB, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, principal mecanismo de financiamento da educação básica no país.

Também é o INEP o órgão responsável pelo SAEB, Sistema de Avaliação da Educação Básica, conjunto de testes e questionários realizados em larga escala a cada dois anos nas escolas da rede pública para aferir a aprendizagem dos estudantes, cuja aplicação teve início no dia 8 de novembro desse ano.

O desempenho dos estudantes medido pelo SAEB, juntamente com as taxas de aprovação, reprovação e abandono apuradas pelo Censo Escolar, por sua vez, compõem o IDEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Em outras palavras, seja para fornecer merenda, distribuir livros didáticos, pagar salário de professores ou saber a qualidade da educação em cada cidade, o Brasil depende da preservação da cadeia de inteligência do INEP necessária para tais ações.



A crise que se abateu sobre o INEP decorre diretamente da atuação abusiva, temerária, ilícita, inconsequente, ímproba, negligente, desastrada, imprudente e inepta dos dirigentes das pessoas jurídicas de direito público demandadas, a saber, o presidente da República, o ministro da Educação e o presidente do INEP, na condução da política de educação em nosso país.

7 - Do direito à educação na Constituição Federal, nas leis infra-constitucionais e nos instrumentos internacionais

7.1 - Constituição Federal

O direito à educação é consagrado no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 como o primeiro dos direitos fundamentais de natureza social.

No art. 205, a Constituição preceitua que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

De acordo com o art. 206 da Constituição, os princípios que regem o ensino no Brasil, são os seguintes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma



da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade; VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal; X - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

No art. 214 está previsto que a lei deve estabelecer “o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País. VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

7.2 - Normas infra-constitucionais

7.2.1 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996)

Nos termos do art. 1º, “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e



organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. § 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”.

Os princípios e fins da educação nacional encontram-se definidos nos arts. 2º e 3º: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; XII - consideração com a diversidade étnico-racial; XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida; XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.

7.2.2 - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990)



O art. 4º estabelece que “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Nos termos do art. 53, “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica”.

7.2.3 - Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014)

O PNE, aprovado por essa lei, conforme previsto no art. 214 da Constituição, tem vigência por dez anos.

De acordo com o art. 2º, são diretrizes do PNE: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII



- promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

7.3 - Instrumentos internacionais que vinculam o Brasil

O direito à educação decorre, ainda, dos compromissos assumidos pelo Brasil na esfera internacional.

7.3.1 - Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) estabelece importante marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral, como norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos.

O artigo 26 da Declaração prevê que “1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional dever ser generalizado; o acesso aos estudos



superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito. 2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. 3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos.”

7.3.2 - Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966

Adotado e aberto à assinatura, ratificação e adesão pela resolução 2200A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16 de dezembro de 1966. Foi ratificado pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992. Já no Preâmbulo os Estados Partes reconhecem que “o ideal do ser humano livre, liberto do medo e da miséria não pode ser realizado a menos que sejam criadas condições que permitam a cada um desfrutar dos seus direitos econômicos, sociais e culturais, bem como dos seus direitos civis e políticos”.

De acordo com o art. 13.1, “Os Estados Partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda a pessoa à educação. Concordam que a educação deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido da sua dignidade e reforçar o respeito pelos direitos do homem e das liberdades fundamentais. Concordam também que a educação deve habilitar toda a pessoa a desempenhar um papel útil numa sociedade livre, promover compreensão, tolerância e amizade entre todas as nações e



grupos, raciais, étnicos e religiosos, e favorecer as atividades das Nações Unidas para a conservação da paz”.

7.3.3 - Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989

A Convenção sobre os Direitos da Criança foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989 e foi ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990. Os Estados Partes firmaram a Convenção lembrando que na Declaração Universal dos Direitos Humanos as Nações Unidas proclamaram que a infância tem direito a cuidados e assistência especiais; e reconhecendo que, em todos os países do mundo, existem crianças vivendo em condições excepcionalmente difíceis, e que essas crianças precisam de consideração especial.

De acordo com o art. 28, “1. Os Estados Partes reconhecem o direito da criança à educação e, a fim de que ela possa exercer progressivamente e em igualdade de condições esse direito, deverão especialmente: a) tornar o ensino primário obrigatório e disponível gratuitamente para todos; b) estimular o desenvolvimento do ensino secundário em suas diferentes formas, inclusive o ensino geral e profissionalizante, tornando-o disponível e acessível a todas as crianças, e adotar medidas apropriadas tais como a implantação do ensino gratuito e a concessão de assistência financeira em caso de necessidade; c) tornar o ensino superior acessível a todos com base na capacidade e por todos os meios adequados; d) tornar a informação e a orientação educacionais e profissionais disponíveis e acessíveis a todas as crianças; e) adotar medidas para estimular a frequência regular às escolas e a redução do índice de evasão escolar. 2. Os Estados Partes adotarão todas as medidas necessárias para assegurar que a disciplina escolar seja



ministrada de maneira compatível com a dignidade humana da criança e em conformidade com a presente convenção. 3. Os Estados Partes promoverão e estimularão a cooperação internacional em questões relativas à educação, especialmente visando a contribuir para a eliminação da ignorância e do analfabetismo no mundo e facilitar o acesso aos conhecimentos científicos e técnicos e aos métodos modernos de ensino. A esse respeito, será dada atenção especial às necessidades dos países em desenvolvimento”.

7.3.4 - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1965

Adotada pela Resolução n. 2.106-A 000 da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 21 de dezembro de 1965 e ratificada pelo Brasil em 27 de março de 1968, os Estados Membros firmaram a Convenção a partir da premissa segundo a qual a doutrina da superioridade baseada em diferenças raciais é cientificamente falsa, moralmente condenável, socialmente injusta e perigosa, inexistindo justificção para a discriminação racial, em teoria ou na prática, de qualquer maneira, em lugar algum. Reafirmam que a discriminação entre as pessoas por motivo de raça, cor ou origem étnica é obstáculo às relações amistosas e pacíficas entre as nações e é capaz de perturbar a paz e a segurança entre os povos e a harmonia de pessoas vivendo lado a lado, até dentro de um mesmo Estado, convencidos de que a existência de barreiras raciais repugna os ideais de qualquer sociedade humana.

De acordo com o art. V, “De conformidade com as obrigações fundamentais enunciadas no artigo 2, Os Estados Partes comprometem-se



a proibir e a eliminar a discriminação racial em todas suas formas e a garantir o direito de cada uma à igualdade perante a lei sem distinção de raça , de cor ou de origem nacional ou étnica, principalmente no gozo dos seguintes direitos: (...) e) direitos econômicos, sociais culturais, principalmente: (...) v) direito a educação e à formação profissional”.

7.3.5 - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, de 1979

A Convenção entrou em vigor, para o Brasil, em 2 de março de 1984. Já no Preâmbulo a Convenção proclama que “Considerando que os Estados Partes nas Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos têm a obrigação de garantir ao homem e à mulher a igualdade de gozo de todos os direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos”.

De acordo com o art. 10, “Os Estados-Partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher, a fim de assegurar-lhe a igualdade de direitos com o homem na esfera da educação e em particular para assegurarem condições de igualdade entre homens e mulheres”.

7.3.6 - Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, de 2006

A Convenção e seu Protocolo Facultativo foram aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 13 de dezembro de 2006, por meio da Resolução nº 61/106. O Brasil os assinou, sem reservas, no dia 30 de



março de 2007. A ratificação pelo Congresso Nacional aconteceu em 9 de julho de 2008, por meio do Decreto Legislativo n. 186, tendo-se encerrado no Poder Executivo com o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Já no Preâmbulo os Estados Partes reconhecem que “a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”.

De acordo com o art. 24,1, “Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos: a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e auto-estima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana; b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais; c) A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre”.

7.3.7 - Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), de 1969

A Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) foi assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, em San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969 e



ratificada pelo Brasil em 7 de setembro de 1992. O propósito da Convenção é o de consolidar neste Continente, dentro do quadro das instituições democráticas, um regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundado no respeito dos direitos essenciais do homem.

O art. 26, que integra o capítulo relativo aos direitos econômicos, sociais e culturais, prescreve que “Os Estados Partes comprometem-se a adotar providências, tanto no âmbito interno como mediante cooperação internacional, especialmente econômica e técnica, a fim de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos que decorrem das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura, constantes da Carta da Organização dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires, na medida dos recursos disponíveis, por via legislativa ou por outros meios apropriados”.

8 - Do direito à educação como direito fundamental de natureza social e de titularidade difusa, tutelável por meio de ação civil pública

A qualificação do direito à educação como direito fundamental de natureza social, de titularidade difusa, tutelável por meio de ação civil pública, já foi bem estabelecida pela doutrina e pela jurisprudência pátrias.

Quanto à doutrina, cumpre citar a importante lição de Clarice Seixas Duarte:

“O artigo 6º da Constituição Federal de 1988 reconhece a educação como um direito fundamental de natureza social. Sua proteção tem, tem, pois, uma dimensão que



ultrapassa, e muito, a consideração de interesses meramente individuais. Assim, embora a educação, para aquele que a ela se submete, represente uma forma de inserção no mundo da cultura e mesmo um bem individual, para a sociedade que a concretiza, ela se caracteriza como um bem comum, já que representa a busca pela continuidade de um modo de vida que, deliberadamente, se escolhe preservar”

(A educação como um direito fundamental de natureza social, Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 691-713, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>).

A mesma autora ensina:

“Ora, se a proteção de um bem jurídico como a educação envolve a consideração de interesses supra-individuais, deve-se reconhecer que a sua titularidade não recai apenas sobre indivíduos singularmente considerados, mas abrange até mesmo os interesses de grupos de pessoas indeterminadas ou de difícil determinação, como as futuras gerações, que têm direito ao acesso às tradições públicas, preservadas e transmitidas pela ação educacional. Trata-se, pois, de um direito que, mesmo podendo ser exercido individualmente, não pode ser compreendido em abstração de sua dimensão coletiva e até mesmo difusa”.



Quanto à jurisprudência, o seguinte julgado ilustra bem o que se acaba de expor:

CONSTITUCIONAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. ABERTURA DE TURMAS DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO, NO PERÍODO DIURNO. PRELIMINARES. ILEGITIMIDADE ATIVA. AUSENTE, NAS RAZÕES DO RECURSO, QUALQUER ARGUMENTAÇÃO SOBRE A QUESTÃO. NÃO CONHECIMENTO. INTERESSE DE AGIR. PRESENÇA. DESNECESSIDADE DE EXAUSTÃO DA VIA ADMINISTRATIVA. PRINCÍPIO DA INAFSTABILIDADE DO PODER JUDICIÁRIO (ART. 5º, XXXV, DA CF). VIA PROCESSUAL ADEQUADA. DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO, DE NATUREZA DIFUSA. ART. 1º, IV, DA LEI N. 7347/85. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO. NÃO CABIMENTO. HIPÓTESE EM QUE SE DISCUTE DIREITO FUNDAMENTAL, DE APLICABILIDADE IMEDIATA (ART. 5º, §1º, DA CF). INTERESSE DE AGIR QUE CONTINUA HÍGIDO QUANTO Á NECESSIDADE FUTURA DE OFERTA DE NOVAS VAGAS. SENTENÇA ULTRA PETITA. OCORRÊNCIA. RESTRIÇÃO DA CONDENAÇÃO AOS LIMITES DO PEDIDO INICIAL (3º ANO DO ENSINO MÉDIO NO PERÍODO DIURNO). DIREITO À EDUCAÇÃO. ART. 205, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRERROGATIVA DEFERIDA A TODOS. DEVER DO ESTADO. INTERPRETAÇÃO CORRETA DO ART. 208, II, DA CF. UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO



GRATUITO. TURMA ABERTA NO ANO DE 2002. OFENSA À NORMA CONSTITUCIONAL CASO AUSENTE A OFERTA NOS ANOS SUBSEQUENTES. OFERTA DE ENSINO NO PERÍODO DIURNO. OBRIGATORIEDADE. OMISSÃO DO ESTADO DO PARANÁ EM CUMPRIR DEVER DE PRESTAÇÃO IMPOSTO PELA CARTA MAGNA. ILEGALIDADE. POSSIBILIDADE DE ANÁLISE PELO PODER JUDICIÁRIO. NÃO OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. DIREITO FUNDAMENTAL (ART. 6º, CAPUT, DA CF). LIMITE À MARGEM DE DISCRICIONARIEDADE DO ADMINISTRADOR PÚBLICO. PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL. AUSÊNCIA DE PROVA DA INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS. INAPLICABILIDADE. DEMANDA. PROCURA PELO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO NO PERÍODO DIURNO, AINDA QUE POR UM ALUNO APENAS. RESOLUÇÃO N. 864/2001 DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. NORMA EDITADA COM O OBJETIVO DE OTIMIZAR O ENSINO PÚBLICO ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO PARA OBSTAR A OFERTA DE ENSINO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. VALOR DESTINADO AO FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, CRIADO COM A FINALIDADE DE ABSORVER TAIS VERBAS (ART. 3º, XV, DA LEI ESTADUAL N. 12.241/98). FONTE E FINALIDADE DIVERSAS DO ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CONFUSÃO ENTRE CREDOR E DEVEDOR. INOCORRÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE



CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, PARCIALMENTE PROVIDO, MANTIDA A SENTENÇA QUANTO AOS DEMAIS PONTOS, INCLUSIVE EM REEXAME NECESSÁRIO. (TJPR - 4ª C.Cível - ACR - 468521-2 - Paraíso do Norte - Rel.: Josély Dittrich Ribas - Unânime -- J. 25.11.2008).

Na espécie, as pessoas jurídicas de direito público interno demandadas, por atos abusivos, ímprobos, ilícitos, imprudentes e ineptos de seus dirigentes, a saber, o presidente da República, o ministro da Educação e o presidente do INEP, puseram manifestamente em risco a regular realização do ENEM de 2021, como se demonstrará em detalhe a seguir, o que atenta contra uma importante política de concretização do direito difuso à educação assegurado pela Constituição, pelas leis e pelos tratados internacionais, ensejando o dever de prevenção dos graves danos potencial ou efetivamente decorrentes de tais riscos.

De fato, em razão da centralidade do INEP na implementação das políticas educacionais brasileiras, a crise que se abateu sobre a instituição, tributável diretamente à atuação conjunta e concertada do seu dirigente máximo, do ministro da Educação e do presidente da República, põe em risco a realização de todas atividades sob responsabilidade do órgão, configurando frontal violação ao direito difuso à educação, de que são titulares todos os estudantes e todos brasileiros, incluídas aí as gerações atuais e futuras.

9 - Dos danos materiais e morais coletivos e sociais iminentes e da imperiosa necessidade de prevenção



Os atos abusivos, ímprobos e ilícitos perpetrados conjuntamente e de forma concertada pelos dirigentes das pessoas jurídicas de direito público demandadas, a saber, o presidente da República, o ministro da Educação e o presidente do INEP, na condução do setor da educação no Brasil, causaram diretamente a crise no INEP, e são por conseguinte potencialmente causadores de gravíssimos danos coletivos iminentes, a um só tempo materiais, morais e sociais.

Considerando que o Brasil é um país de dimensões continentais e com acentuadas desigualdades regionais, a aplicação do ENEM de forma simultânea em todo o país, com 3,4 milhões de estudantes inscritos em 2021, constitui operação extremamente complexa, que envolve a implementação de sofisticadas estratégias de logística que exigem a mobilização coordenada um grande número de recursos materiais e humanos.

Sendo assim, fica evidente o gravíssimo risco que representa à regular realização do ENEM de 2021 o fato de que, há meses, está vago o cargo de Diretor de Tecnologia do INEP, cargo esse de que dependem, de forma vital, como é óbvio, todos – absolutamente todos – os processos e procedimentos para implementação de uma operação de tamanha complexidade.

Nesse passo, é forçoso prever que a possível ocorrência de falhas e erros de ordem tecnológica relacionados à logística do Exame terá necessariamente consequências catastróficas e prolongadas em escala nacional.

Em segundo lugar, a realização do ENEM de 2021 acha-se igualmente ameaçada pela desorganização das ETIRs – Equipes de Tratamento a



Incidentes e Respostas. As ETIRs são responsáveis pela função de articular estratégias caso ocorram imprevistos durante a aplicação das provas.

A importância das ETIRs é nada menos do que crucial para o bom andamento das operações relacionadas à aplicação da prova. Mais uma vez é necessário assinalar que a vastidão do nosso país é um fator que favorece a ocorrência de emergências e imprevistos tais como falta de energia ou uma enchente em uma escola.

Mas não é só isso. As ETIRs são responsáveis também e sobretudo por articular a reação imediata necessária para evitar qualquer possível ameaça de vazamento de conteúdo das provas.

A jurisprudência dos tribunais pátrios há tempos acha-se pacificada em torno da possibilidade do manejo da Ação Civil Pública com a finalidade de prevenção de danos causados por violação de direitos fundamentais, aplicando previsão legal expressa (art. 4º da Lei da Ação Civil Pública - Lei nº 7.347/1985).

É o que se depreende da leitura das seguintes ementas:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**. RESPONSABILIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL. RISCO DE DESLIZAMENTOS EM ENCOSTAS HABITADAS. RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA ÁREA DEGRADADA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. 1. Este Superior Tribunal tem asseverado que, nas demandas que objetivam a reparação e a **prevenção de danos** ambientais causados por deslizamentos de terra em encostas habitadas, a responsabilidade dos



entes federativos é solidária.

2. Nada obstante o reconhecimento de que é dever do Município regularizar a ocupação e o uso do solo, observa-se que, na hipótese vertente, restou demonstrado que a condenação imposta pela instância ordinária apresenta, também, o intuito de proteção ambiental e de prevenção de desastres ecológicos, motivo pelo qual há que se reconhecer a possibilidade de condenação solidária do Estado do Rio de Janeiro no cumprimento das obrigações de fazer estabelecidas no acórdão recorrido.

3. Agravo interno não provido.

(STJ - AgInt no REsp 1573564 / RJ AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL 2015/0311112-6. Rel. Ministro Sérgio Kukina. T1 - PRIMEIRA TURMA, 08/02/2021, DJe 11/02/2021). (Grifo nosso)

ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. SÍTIO ARQUEOLÓGICO. RECUPERAÇÃO E **PREVENÇÃO DE DANOS**. 1. Confirma-se decisão liminar que impõe aos réus, em **ação civil pública**, a adoção de medidas urgentes para a recuperação e prevenção de danos causados em sítio arqueológico descoberto durante obras de construção do projeto habitacional não precedido do necessário estudo de impacto ambiental (...) (TRF-1 - AG 2004.01.00.002571-6/AM. Rel. Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti



Rodrigues, Sexta Turma. DJ p. 81 de 16/11/2004). (Grifo nosso)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MEDIDAS DE PREVENÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS, PATRIMONIAIS E MORAIS DECORRENTES DA ATIVIDADE DE MINERAÇÃO.

Mantida a decisão agravada que deferiu parcialmente o pedido liminar para determinar às empresas mineradoras o atendimento das exigências que deverão ser solicitadas pelo DNPM e pela FATMA para a melhoria da segurança estrutural das minas de subsolo e para a prevenção de danos ambientais, patrimoniais e morais decorrentes da atividade de mineração.

(TRF-4, AG: 104345020104040000 SC, Rel. Guilherme Beltrami, 10/08/2010, Terceira Turma). (Grifo nosso)

10 - Da Tutela de Urgência

10.1 - As medidas assecuratórias requeridas

As Associações Autoras sustentam que, para a devida prevenção dos graves danos materiais e morais coletivos e sociais iminentes é indispensável a concessão de tutela de urgência *inaudita altera pars* assecuratória do direito fundamental à educação, concretizado na regular realização do ENEM de 2021, além do REVALIDA, Censo da Educação Básica e do Censo da Educação Superior, para o fim de:



- determinar imediata intervenção no INEP para o afastamento do atual presidente Danilo Dupas do cargo, nomeando-se como interventor servidor de carreira dentre os decanos do INEP, pelo período necessário para realização e correção integral dos exames ENEM de 2021, sendo este período mínimo de 90 (noventa dias), sob pena de multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para que os coordenadores demissionários anteriormente referidos reassumam seus cargos, e possam organizar as ETIR's competentes em todas as unidades da federação, sugerindo-se como decano ideal Carlos Moreno, diretor de Estatísticas Educacionais, servidor de carreira do INEP desde 1985, que está há onze anos à frente da mesma diretoria, e possui a expertise necessária para a condução do ENEM além do Censo da Educação Básica e do Censo da Educação Superior;

- determinar o suprimento imediato e efetivo do cargo de Diretor de Tecnologia do INEP, por servidor de carreira que possua a necessária expertise, escolhido também dentre os decanos do INEP, e adoção imediata de providências para a contratação/indicação de equipes técnicas (médicos especialistas) e para a elaboração das tarefas das provas de segunda fase do Revalida (marcada para 18 e 19 de Dezembro). igualmente sob pena de multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

- requisitar uma série de informações de extrema relevância para os membros das entidades autoras e para a Sociedade Civil em geral, nomeadamente a íntegra dos processos administrativos que registraram a retirada de 24 itens/questões da primeira versão do ENEM 2021 e que depois reincluíram parte destes itens, bem como dos processos administrativos que tentaram incluir pessoas estranhas ao INEP entre aquelas com acesso às várias versões de provas do ENEM, incluindo os



constantes do processo nº23036.003596/2021-21- SEI (Serviço Eletrônico de Informações), de modo a identificar precisamente quais foram os 24 itens que foram descartados da primeira versão do ENEM 2021 e quais aqueles que foram reincorporados na versão finalmente aplicada, bem como quem mais, além do atual e do ex diretor do DAEB (Diretoria de Avaliação do Ensino Básico), teve acesso a qualquer uma das versões impressas do ENEM 2020 e 2021, assim como quem são as 32 pessoas, estranhas ao INEP, que a Presidência do órgão quis incluir entre as pessoas que podiam ter acesso às versões da prova e ao Banco Nacional de Itens (BNI), e quem foi o Policial Federal que teve acesso à Sala Segura de montagem da prova, quem que autorizou sua entrada, por quanto tempo ele permaneceu na sala, com quais servidores ele teve contato e quais as atividades que ele realizou, e também se identifiquem os parâmetros A, B e C, conforme a Teoria de Resposta ao Item, dos itens selecionados para o ENEM 2021, em especial aqueles parâmetros utilizados na prova de Humanas (daqueles que passaram por pré testagem de parâmetros a priori).

- proibir expressamente os gestores do INEP de fazer a impressão de provas e/ou itens para conferência e/ou entrega a quaisquer outra pessoa, dentro ou fora da sala segura, sendo prova/item do ENEM ou de qualquer outra avaliação organizada/aplicada pelo INEP.

- determinar a indicação de quais providências e ações já aconteceram e quais as providências e ações que, eventualmente, estão atrasadas para a realização do Censo Escolar 2021.



Tais medidas assecuratórias são necessárias, urgentes e revestidas de indispensável prudência e sabedoria, eis que têm sido expressa e reiteradamente recomendadas por uma das maiores autoridades na matéria, a Professora Maria Inês Fini, ex-presidente do INEP e responsável pela estruturação do ENEM, como se pode depreender de entrevista por ela concedida à revista Piauí citada no item 6.1.

10.2 - O atendimento dos requisitos exigidos pelo art. 300 do CPC

Nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, “A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.

Analisando os elementos trazidos aos autos, constata-se a presença inequívoca da probabilidade do direito, pois é fato público e notório que o INEP, órgão responsável pela realização do ENEM, além do ENADE, do Censo da Educação Básica e do Censo da Educação Superior, entre outras funções de fundamental importância para concretização do direito difuso à educação, encontra-se mergulhado numa crise sem precedentes, em razão da atuação abusiva, ímproba e ilícita do seu dirigente máximo, em conjunto e em concerto com o ministro da Educação e com o presidente da República.



Presente também o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, em razão de a referida crise pôr em risco, como já foi demonstrado de forma pormenorizada, o bom andamento das complexas operações necessárias para a realização do ENEM de 2021, prevista para os dias 21 e 28 de novembro de 2021.

10.3 - O poder/dever do Judiciário de determinar que a Administração Pública adote medidas assecuratórias de direitos fundamentais, sem que importe violação da separação de poderes

É pacífico na jurisprudência o entendimento de que é possível incumbir ao Poder Judiciário, mesmo que excepcionalmente, a tarefa de zelar pela aplicabilidade dos postulados inscritos na Constituição Federal, mediante a adoção de medidas que viabilizem a concreção destas prerrogativas, sem que isso importe em violação ao princípio da separação dos poderes.

Ressalte-se que o caráter de fundamentalidade do qual se reveste o direito ora em apreço limita a margem de discricionariedade do administrador, o qual deve se vincular às políticas públicas estabelecidas na Carta da República. Isso porque o administrador não tem discricionariedade para deliberar sobre a oportunidade e conveniência da implementação de políticas públicas discriminadas na ordem social constitucional, pois tal restou deliberado pelo Constituinte e pelo legislador que elaborou as normas de integração.



Encontra-se pacificado no Supremo Tribunal Federal o entendimento de que o Poder Judiciário, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da educação, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes, uma vez que não se trata de ingerência ilegítima de um Poder na esfera do outro.

Tal excepcionalidade decorre de do fato de a formulação e implementação de políticas públicas relativas aos direitos sociais residir na esfera de atribuição dos Poderes Legislativo e Executivo; contudo, em caso de manifesta omissão, inoperância e/ou abuso de poder do administrador incumbido de tais políticas, compete ao Poder Judiciário exercer o devido controle dentro do sistema do *checks and balances* (sistema de freios e contrapesos no qual o poder controla o poder), para que se dê efetiva eficácia ao texto constitucional.

Não há dúvida de que compete ao Poder Judiciário fazer prevalecer a primazia da Constituição da República, muitas vezes transgredida e desrespeitada pelos Poderes Públicos, tudo visando restaurar a Constituição violada por ato abusivo do Estado. E assim atuando nada mais faz senão em cumprir a sua missão institucional e demonstrar, com esse gesto, o respeito incondicional que tem pela autoridade da Lei Fundamental da República.

É o que se depreende dos seguintes precedentes, todos do Supremo Tribunal Federal:

DESCUMPRIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
DEFINIDAS EM SEDE CONSTITUCIONAL: HIPÓTESE

54



LEGITIMADORA DE INTERVENÇÃO JURISDICIONAL. - O Poder Público - quando se abstém de cumprir, total ou parcialmente, o dever de implementar políticas públicas definidas no próprio texto constitucional - transgride, com esse comportamento negativo, a própria integridade da Lei Fundamental, estimulando, no âmbito do Estado, o preocupante fenômeno da erosão da consciência constitucional. Precedentes: ADI 1.484/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g. - A inércia estatal em adimplir as imposições constitucionais traduz inaceitável gesto de desprezo pela autoridade da Constituição e configura, por isso mesmo, comportamento que deve ser evitado. É que nada se revela mais nocivo, perigoso e ilegítimo do que elaborar uma Constituição, sem a vontade de fazê-la cumprir integralmente, ou, então, de apenas executá-la com o propósito subalterno de torná-la aplicável somente nos pontos que se mostrarem ajustados à conveniência e aos desígnios dos governantes, em detrimento dos interesses maiores dos cidadãos. - A intervenção do Poder Judiciário, em tema de implementação de políticas governamentais previstas e determinadas no texto constitucional, notadamente na área da educação infantil (RTJ 199/1219-1220), objetiva neutralizar os efeitos lesivos e perversos, que, provocados pela omissão estatal, nada mais traduzem senão inaceitável insulto a direitos básicos que a



própria Constituição da República assegura à generalidade das pessoas. Precedentes. (STF, ARE 639.337 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 23/08/2011, DJe-177 DIVULG 14-09-2011 PUBLIC 15-09-2011 EMENT VOL-02587-01 PP-00125).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CARÊNCIA DE PROFESSORES. UNIDADES DE ENSINO PÚBLICO. OMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO. EDUCAÇÃO. DIREITO FUNDAMENTAL INDISPONÍVEL. DEVER DO ESTADO. ARTS. 205, 208, IV E 211, PARÁGRAFO 2º, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 1. A educação é um direito fundamental e indisponível dos indivíduos. É dever do Estado propiciar meios que viabilizem o seu exercício. Dever a ele imposto pelo preceito veiculado pelo artigo 205 da Constituição do Brasil. A omissão da Administração importa afronta à Constituição. 2. O Supremo fixou entendimento no sentido de que "[a] educação infantil, por qualificar-se como direito fundamental de toda criança, não se expõe, em seu processo de concretização, a avaliações meramente discricionárias da Administração Pública, nem se subordina a razões de puro pragmatismo governamental [...]. Embora resida, primariamente,



nos Poderes Legislativo e Executivo, a prerrogativa de formular e executar políticas públicas, revela-se possível, no entanto, ao Poder Judiciário determinar, ainda que em bases excepcionais, especialmente nas hipóteses de políticas públicas definidas pela própria Constituição, sejam essas implementadas pelos órgãos estatais inadimplentes, cuja omissão - por importar em descumprimento dos encargos políticos-jurídicos que sobre eles incidem em caráter mandatório - mostra-se apta a comprometer a eficácia e a integridade de direitos sociais impregnados de estatura constitucional". Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento. (STF, RE 594.018 AgR, Relator(a): Min. EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 23/06/2009, DJe148 DIVULG 06-08-2009 PUBLIC 07-08-2009 EMENT VOL-02368-11 PP-02360 RTJ VOL-00211-PP-00564 RMP n. 43, 2012, p. 217-225).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONSTITUCIONAL. PODER JUDICIÁRIO. DETERMINAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO. POSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. NÃO OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. 1. O Poder Judiciário, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração



Pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais sem que isso configure violação do princípio da separação de poderes. 2. Agravo regimental não provido. (STF, ARE 635.679 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 06/12/2011, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-025 DIVULG 03-02-2012 PUBLIC 06-02-2012).

CONSTITUCIONAL. ATENDIMENTO EM CRECHE E PRÉ-ESCOLA. I. - Sendo a educação um direito fundamental assegurado em várias normas constitucionais e ordinárias, a sua não-observância pela administração pública enseja sua proteção pelo Poder Judiciário. II. - Agravo não provido. (STF, RE 463.210 AgR, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, Segunda Turma, julgado em 06/12/2005, DJ 03-02-2006 PP-00079 EMENT VOL-02219-11 PP02181 RT v. 95, n. 849, 2006, p. 199-202 RMP n. 31, 2009, p. 187-191).

Acrescente-se aos precedentes do STF citados o seguinte julgado emanado do TRF-1, que trata de ação civil pública ajuizada contra autarquia federal, no qual o Poder Judiciário impôs ao referido órgão o fiel cumprimento de suas funções institucionais:

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E
PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PATRIMÔNIO
CULTURAL BRASILEIRO. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO



HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. PRESERVAÇÃO. CADASTRAMENTO NACIONAL. LEGALIDADE. DANO DE ÂMBITO NACIONAL. COMPETÊNCIA JURISDICIONAL. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (LEI Nº 8.078/90, ART. 93, II). I - Em se tratando de **ação civil pública ajuizada contra autarquia federal**, visando inibir danos ao patrimônio cultural brasileiro, com reflexos em todo o território nacional, como no caso, é competente a Justiça Federal localizada em Capital do Estado ou no Distrito Federal, para processar e julgar o feito, por força do que dispõe o art. 93, II, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), c/c o art. 21 da Lei nº 7.347/85. Precedentes do STJ. Preliminar de incompetência do juízo que se rejeita, na espécie.

(...)

III - A determinação judicial, no sentido de impor-se ao referido órgão o fiel cumprimento de suas funções institucionais, não representa qualquer violação ao princípio da separação dos poderes, por se tratar, no caso, de medida garantidora da tutela constitucional de defesa do patrimônio cultural brasileiro (CF, art. 216 e incisos), a merecer a proteção do Estado, na dimensão constitucional de seu interesse difuso, que integra o meio ambiente cultural, sob a tutela expressa e visível da Carta Magna, nos comandos mandamentais de que



"o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais" (CF, art. 215, caput) e ainda de que "o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação" (CF, art. 216, § 1º), pois "constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas e IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais" (CF, art. 216, III e IV), sendo que "os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei" (CF art. 216, § 4º). IV - Apelação e remessa oficial desprovidas.

(TRF-1 – Apelação Cível (AC) 0038984-27.2006.4.01.3800 Rel. Des. Souza Prudente, Sexta Turma, 26/05/2008). (Grifo nosso)

11 - Da responsabilidade civil do Estado



Segundo dispõe o § 6º do art. 37 da Constituição Federal, “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.”

Tal dispositivo assenta o princípio da responsabilidade objetiva do Estado. Este responderá sempre por culpa *in vigilando*, sempre que qualquer dos seus agentes violar direito de terceiro.

Ao terceiro cujo direito foi violado compete apenas, em juízo, demonstrar a autoria do ato lesivo, sua ocorrência e o resultado danoso, sendo irrelevante perquirir se o dano decorreu de culpa ou dolo.

Esse elemento volitivo será investigado apenas em eventual ação de regresso, única hipótese em que o comando constitucional inseriu tal ressalva expressa.

Maria Sylvia Di Pietro, ao tratar da responsabilidade civil do Estado, discorre:

“É indiferente que o serviço público tenha funcionando bem ou mal, de forma regular ou irregular. Constituem pressupostos da responsabilidade objetiva do Estado: (a) que seja praticado um ato lícito ou ilícito, por agente público; (b) que esse ato cause dano específico (porque restringe apenas um ou alguns membros da coletividade) e anormal (porque supera os inconvenientes normais da vida em sociedade, decorrentes da atuação estatal); (c) que haja um nexo



de causalidade entre o ato do agente público e o dano".
(in *Direito Administrativo*, 24° ed. pg. 646).

12 - Da inversão do ônus da prova

Segundo estabelece o art. 21 da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985), "Aplicam-se à defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais, no que for cabível, os dispositivos do Título III da lei que instituiu o Código de Defesa do Consumidor."

O inciso VIII do art. 6º do Código de Defesa do Consumidor, inserido justamente no título a que se reporta o art. 21 da Lei da Ação Civil Pública, autoriza a inversão do ônus da prova em benefício do consumidor, em duas hipóteses: quando for verossímil sua alegação ou quando ele for hipossuficiente. É o que se vê da leitura desse dispositivo:

Art. 6º: São direitos básicos do consumidor:

(...)

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.

A inversão do ônus da prova em determinadas hipóteses é também admitida expressamente pelo Código de Processo Civil, nos seguintes termos:



Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:

(...)

III - definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373;

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

(...)

§ 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do *caput* ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

A garantia do direito à inversão do ônus da prova é sumamente importante para a defesa dos direitos difusos em juízo, visto que a sua inexistência poderia vir a acarretar prejuízos irreparáveis às vítimas de danos materiais e morais coletivos e sociais.

A não concessão da inversão do ônus da prova implicaria violação de direito material e básico da parte autora, direito esse que visa a facilitar a defesa processual. Vale ressaltar que esse direito não é de natureza



processual, mas de natureza material, garantia de proteção efetiva e apta a reparação de danos.

A verossimilhança exigida pelo CDC para concessão da inversão do ônus da prova é mais que um indício de prova, é a aparência de verdade. No caso em tela, isso está robustamente demonstrado.

Sendo assim, caso não haja aceitação dos fatos tal como narrados, malgrado sejam eles públicos e notórios, requer-se a inversão do ônus da prova para que as pessoas jurídicas de direito público demandadas demonstrem a *não ocorrência* dos fatos que servem de fundamento à presente ação.

13 - Dos requerimentos

Ante todo o exposto, as Associações Autoras requerem:

- a) Seja aplicado o direito das Associações Autoras à gratuidade de Justiça previsto no art. 18 da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985);
- b) Seja determinada a inversão do ônus da prova, nos termos do que estabelece o artigo 6º, VIII, do CDC, aplicável ao caso por força do disposto no art. 21 da Lei da Ação Civil Pública, e como previsto nos arts. 357, III, e 373, §1º, do CPC;
- c) Seja concedida *inaudita altera pars* a tutela de urgência requerida, assecuratória do direito difuso à educação, para o fim de:



- determinar imediata intervenção no INEP para o afastamento do atual presidente Danilo Dupas do cargo, nomeando-se como interventor servidor de carreira dentre os decanos do INEP, pelo período necessário para realização e correção integral dos exames ENEM de 2021, sendo este período mínimo de 90 (noventa dias), sob pena de multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para que os coordenadores demissionários anteriormente referidos reassumam seus cargos, e possam organizar as ETIR's competentes em todas as unidades da federação;

- determinar o suprimento imediato e efetivo do cargo de Diretor de Tecnologia do INEP, por servidor de carreira que possua a necessária expertise, escolhido também dentre os decanos do INEP, e adoção imediata de providências para a contratação/indicação de equipes técnicas (médicos especialistas) e para a elaboração das tarefas das provas de segunda fase do Revalida (marcada para 18 e 19 de Dezembro). igualmente sob pena de multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

- requisitar uma série de informações de extrema relevância para os membros das entidades autoras e para a Sociedade Civil em geral, nomeadamente a íntegra dos processos administrativos que registraram a retirada de 24 itens/questões da primeira versão do ENEM 2021 e que depois reincluíram parte destes itens, bem como dos processos administrativos que tentaram incluir pessoas estranhas ao INEP entre aquelas com acesso às várias versões de provas do ENEM, incluindo os constantes do processo nº23036.003596/2021-21- SEI (Serviço Eletrônico de Informações), de modo a identificar precisamente quais foram os 24 itens que foram descartados da primeira versão do ENEM 2021 e quais aqueles que foram reincorporados na versão finalmente aplicada, bem



como quem mais, além do atual e do ex diretor do DAEB (Diretoria de Avaliação do Ensino Básico), teve acesso a qualquer uma das versões impressas do ENEM 2020 e 2021, assim como quem são as 32 pessoas, estranhas ao INEP, que a Presidência do órgão quis incluir entre as pessoas que podiam ter acesso às versões da prova e ao Banco Nacional de Itens (BNI), e quem foi o Policial Federal que teve acesso à Sala Segura de montagem da prova, quem que autorizou sua entrada, por quanto tempo ele permaneceu na sala, com quais servidores ele teve contato e quais as atividades que ele realizou, e também se identifiquem os parâmetros A, B e C, conforme a Teoria de Resposta ao Item, dos itens selecionados para o ENEM 2021, em especial aqueles parâmetros utilizados na prova de Humanas (daqueles que passaram por pré testagem de parâmetros a priori).

- proibir expressamente os gestores do INEP de fazer a impressão de provas e/ou itens para conferência e/ou entrega a quaisquer outra pessoa, dentro ou fora da sala segura, sendo prova/item do ENEM ou de qualquer outra avaliação organizada/aplicada pelo INEP.

- determinar a indicação de quais providências e ações já aconteceram e quais as providências e ações que, eventualmente, estão atrasadas para a realização do Censo Escolar 2021.

d) Seja ordenada a citação das pessoas jurídicas de direito público requeridas para responder aos termos da presente demanda, no prazo legal, até final sentença condenatória;

e) Seja determinada a notificação do i. Membro do Parquet para atuar como *custos legis*;



- f) Seja confirmada a tutela de urgência nos termos reclamados no item c) destes requerimentos, com definitivo afastamento do atual presidente do INEP Danilo Dupas do cargo;
- g) Seja julgada procedente a presente Ação Civil Pública para que sejam condenadas as pessoas jurídicas direito público demandadas ao cumprimento de obrigações de fazer e não fazer que assegurem o fiel cumprimento de suas funções institucionais relativas à concretização do direito difuso à educação;
- h) Sejam condenadas as pessoas jurídicas demandadas em custas e honorários advocatícios, estes fixados nos termos do art. 85, § 3º, do CPC.

As Associações Autoras deixam de recolher custas diante do mandamento contido no art. 18 da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985).

As Associações Autoras protestam pela produção de todas as provas em direito admitidas, sobretudo documental, pericial e testemunhal.

14 - Da audiência de conciliação ou de mediação

Considerada a natureza da presente demanda, as Associações Autoras optam pela **não** realização de audiência prévia de conciliação ou de mediação, nos termos do que dispõe o art. 319, VII, do CPC.

15 - Do valor da causa



Dá-se à presente causa o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,

Pedem deferimento.

São Paulo para Brasília, 17 de novembro de 2021.

Flávio Augusto Saraiva Straus

OAB/SP nº 91.791

Olivia Raposo da Silva Telles

OAB/SP nº 125.930

Anexos:

- Doc. 1 – Estatuto da Educafro;
- Doc. 2 – Estatuto da UBES;
- Doc. 3 – Estatuto do Instituto Campanha;
- Doc. 4 – Ata da Assembleia da Educafro;
- Doc. 5 – Ata da Assembleia da UBES;
- Doc. 6 – Ata da Assembleia do Instituto Campanha;
- Doc. 7 – Procuração da Educafro;
- Doc. 8 – Procuração da UBES;



- Doc. 9 – Procuração do Instituto Campanha;
- Doc. 10 – Espelho do CNPJ da Educafro;
- Doc. 11 – Espelho do CNPJ da UBES;
- Doc. 12 – Espelho do CNPJ do Instituto Campanha;
- Doc. 13 – Ofício nº 0805092/2021/DTDIE-INEP.

